



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local Mídia Impressa**

**Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM**

**Manaus, quarta-feira, 13 de março de 2013**

JORNAL DO COMMERCIO CAPA .....	1
JORNAL DO COMMERCIO Guerra fiscal .....	2
JORNAL DO COMMERCIO Resolução do Senado nº 22 .....	3
JORNAL DO COMMERCIO Impasse .....	4
JORNAL DO COMMERCIO ARTIGO .....	5
JORNAL DO COMMERCIO ICMS .....	6
JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up .....	7
JORNAL DO COMMERCIO ARTIGO .....	8
A CRITICA ZFM: caldo pode entornar .....	9
A CRITICA TELECOMUNICAÇÕES .....	10
A CRITICA P&G leiloa máquinas .....	11
A CRITICA Sem previsão para obras .....	12
DIÁRIO DO AMAZONAS Confaz busca unanimidade para reforma do ICMS interestadual .....	13
MASKATE CAPA .....	14
MASKATE Suframa, atarantada entre o pibinho de Dilma e o Fernandinho Pimentel .....	15
MASKATE Suframa, atarantada entre o pibinho de Dilma e o Fernandinho Pimentel (continuação) .....	16
MASKATE Premonição de Omar com a mineração e a diversidade .....	17
MASKATE Premonição de Omar com a mineração e a diversidade (continuação) .....	18

CAPA

# Indústria local espera manter alíquota de 12% do ICMS



Foto:Walter Mendes

A indústria do Amazonas conta com a articulação da bancada federal para não sair perdendo com o ICMS

A indústria local espera que a bancada amazonense tome a frente nas discussões para manter os 12% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para operações interestaduais, como prevê o projeto de resolução que unificaria a alíquota. "apesar dos Estados do Sul e Sudeste estarem se articulando para promover mudanças, esperamos que os senadores e deputados do Amazonas protejam os interesses do Estado", destaca Wilson Périco, presidente da Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas). O projeto, que o governo federal enviou, prevê unificar o ICMS em 4%, em 12 anos, para todos os Estados, exceto para o Amazonas, e para o Mato Grosso.

Página A5

## Guerra fiscal

# Braga defende projeto do Governo

Foto: Divulgação/Ag.Senado

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB/AM), disse que a proposta de unificação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é uma oportunidade para se acabar com a guerra fiscal no país e reforçar o pacto federativo. O Senador defende a alíquota do ICMS diferenciada para o Estado por meio do texto apresentado pelo governo federal, que tramita na Casa por meio da resolução (PRS) nº 01/2013, e que propõe a unificação da alíquota em 4% a partir de 2016, mas resguarda a cobrança de 12% para operações interestaduais de produtos oriundos da ZFM (Zona Franca de Manaus).

**Página A4**



Senador Eduardo Braga participou de audiência pública no Senado para debater o tema

### Resolução do Senado nº 22

ENGº RAIMUNDO LOPES FILHO\*

A imprensa nacional veiculou na última semana que os Estados do Sul e do Sudeste estão se articulando para promover mudanças na MP.599, editada pelo governo federal no final de 2012 estabelecendo a unificação das alíquotas interestaduais de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e

Serviços (ICMS).

A discordância dos secretários de fazenda daqueles Estados é decorrente do tratamento diferenciado que a MP 599 concedeu ao Estado do Amazonas, por conta da Zona Franca de Manaus, e ao Mato Grosso, em função do gás natural, uma vez que os dois

Estados poderão continuar a praticar a alíquota de 12% nas operações interestaduais, enquanto as demais unidades da federação serão obrigadas a adotar a alíquota unificada em 4%, no prazo de 12 anos.

A pressão dos descontentes se concentra no Senado Federal, que é o órgão competente para estabelecer as novas alíquotas do ICMS nas operações interestaduais, que, para sorte dos Amazonas, tem representação pa-

ritária de três parlamentares por Estado.

Embora o governo federal tenha instituído o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), com o objetivo de compensar eventuais perdas nas arrecadações estaduais, e, ainda, apresentado projeto de lei complementar que alterará o indexador das dívidas de Estados e municípios com a União – hoje indexada pelo IGP-D, o qual passará para o IPCA, os governadores

querem, também, reduzir o limite de comprometimento da receita líquida estadual de 15% para 9%.

Portanto, a garantia das prerrogativas da Zona Franca de Manaus que sustentam a atração de novos investimentos, passa pela aprovação da

MP Nº 599 no Congresso Nacional, onde já foi instalada a Comissão Especial que analisará a matéria, mas, também, no Senado Federal onde será alterada a resolução nº 22/1989, que regulamentará as novas alíquotas do ICMS nas operações interestaduais.

\* É diretor da PROJEC Projetos e Consultoria Ltda., [projec@argo.com.br](mailto:projec@argo.com.br)

## Impasse

# Braga quer ICMS diferente para o AM

Senador do Amazonas defende unificação do ICMS para acabar com a guerra fiscal no Brasil

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB/AM), disse que a proposta de unificação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é uma oportunidade para se acabar com a guerra fiscal no país e reforçar o pacto federativo. Ele defendeu o texto apresentado pelo governo federal, que tramita na Casa por meio da resolução (PRS) nº 01/2013, e que propõe a unificação da alíquota em 4% a partir de 2016, mas resguarda a cobrança de 12% para operações interestaduais de produtos oriundos da ZFM (Zona Franca de Manaus).

Nesta terça-feira (12), a proposta foi tema de audiência pública na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), da qual participaram secretários de fazenda de vários Estados e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa. Braga explicou que o percentual de 12% também é garantido para operações que envolvam o gás natural produzido no Estado do Mato Grosso do Sul. Já a unifica-



Eduardo Braga (PMDB-AM) é líder do governo federal no Senado

ção, lembrou, ocorrerá de forma diferenciada para cada região do país. As regiões mais pobres, como Norte, Nordeste e Centro-Oeste, terão prazo maior para fazer a unificação e receberão

compensação em caso de perda de receita.

"Com essa proposta, garante-se a competitividade do Polo Industrial de Manaus e garante-se o fim da guerra fiscal. Nós

poderemos gerar mais renda, mais emprego e poderemos assegurar o crescimento da nossa indústria no Amazonas", ressaltou o senador.

O secretário da Fazenda do Es-

tado do Amazonas, Afonso Lobo, que representou a região Norte do país na audiência, elogiou a iniciativa do governo federal de manter as prerrogativas da ZFM (Zona Franca de Manaus), tratando-a de forma diferenciada dos demais Estados do país.

"A reforma (proposta pelo governo) é muito salutar para o país, irá pôr fim à guerra fiscal, dará maior estabilidade aos ne-

ferenciado da alíquota na Zona Franca de Manaus.

"A proposta que a União está colocando para o Congresso é uma saída ordenada da guerra fiscal, a proposta reflete uma ampla discussão entre vários setores e procurou estabelecer o consenso possível. Essa saída vai melhorar a situação do país, pois vai propiciar um ganho de arrecadação por parte dos Estados, ao longo dos anos", reforçou Barbosa.

**"A iniciativa do executivo de tratar de forma diferente a ZFM foi bastante acertada", disse Secretário da Sefaz**

gócios, por fim à insegurança jurídica. A iniciativa do executivo de tratar de forma diferente a ZFM, no nosso entendimento, foi bastante acertada", afirmou.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda reiterou o posicionamento de Lobo ao afirmar que o ICMS é muito importante para a vantagem competitiva do Amazonas e que é preciso manter um regime di-

Além do secretário da Fazenda do Amazonas, também participaram os secretários dos Estados de Pernambuco, Minas Gerais, Ceará, Mato

Grosso do Sul e Paraná. Outro tema debatido foi a medida provisória nº 599/2012, que propõe a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional para compensar os Estados que perderem em arrecadação com a reforma do ICMS. O presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT/RJ), informou que o PRS 01/2013 será votado na comissão no próximo dia 26.

## ARTIGO



### NFC-e, o Amazonas na frente

\*AUGUSTO BERNARDO SAMPAIO CECILIO

O Amazonas emitiu a primeira Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica, NFC-e do Brasil, no dia 1º de março. O Estado é o primeiro dos 26 que compõem a federação a oferecer ao consumidor esta forma de registro de operação comercial. A Casa das Correias emitiu o documento, e no dia 5 de março a equipe da Sefaz fez uma apresentação da ferramenta, realizando o lançamento demonstrativo da nova Nota, que é uma determinação saída do Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários (Encat), órgão de assessoramento do

Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

A fase piloto para a implantação da NFC-e começou em 2011 no Amazonas, Acre, Sergipe, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. A mudança tem como objetivo oferecer mais uma facilidade no registro de operações no comércio varejista assim como a padronização de procedimentos pelo meio eletrônico, adotando como parâmetro a Nota Fiscal Eletrônica, NF-e, que entrou em vigor no Brasil em 2008.

A NFC-e tem como objetivo apresentar uma alternativa pra

os documentos fiscais existentes e fortalecer a fiscalização eletrônica do varejo. As Secretarias de Fazenda receberão as informações tão logo ocorra a operação comercial. A interferência no ambiente do contribuinte será mínima à medida que o fisco estadual não precisará vistoriar máquinas para obter as informações que estarão disponíveis no ambiente virtual.

Atualmente, os contribuintes do varejo devem equipar as empresas com hardware acoplado ao Emissor de Cupom Fiscal, ECF e software homologado, que possibilita a emissão do Cupom Fiscal, cujo investimento chega, em média, a R\$ 3.500,00 por máquina. Além disso, as empresas também entram com processo para obter a habilitação das máquinas junto à Sefaz. A homologação do fisco estadual e a liberação dos equipamentos levam em torno de uma semana. Nos períodos de crescimento de demanda, como no Natal, quando aumenta o número de solicitações de registros de ECF, o tempo de liberação das máquinas compromete o andamento

da atividade comercial. Com a utilização da NFC-e todo esse processo é abolido. O contribuinte pode utilizar qualquer computador para registrar e transmitir dados on-line para a secretaria. Está liberada a aquisição de qualquer aplicativo que possibilite a emissão.

Inicialmente, os grandes con-

**A interferência do contribuinte será mínima à medida que o fisco estadual não precisará vistoriar máquinas**

tribuintes do varejo serão o público alvo da Sefaz para a adesão voluntária em decorrência da geração de volume de negócios, mas a redução de custos e ganhos logísticos devem estimular a adesão de empresas de todos os segmentos e níveis de faturamento ao longo de 2013.

Dentre as vantagens adicionais da NFC-e, vemos que o consumidor terá a segurança de contar com o documento fiscal a qualquer momento que precisar, não tendo de acumular papel. As informações poderão ser enviadas pela empresa por e-mail para o cliente. Se o consumidor dispuser de um smart phone ou aparelho que disponha de tecnologia móvel de captura e armazenamento de dados visuais como tablet, poderá scanear da tela do computador da empresa o QR Code, código de barras bidimensional. Ao consultar o código pela Internet terá acesso a todas as informações da transação comercial descritas na NFC-e, assim como a impressão do documento. O meio ambiente também sai ganhando com a ferramenta à medida que reduzirá significativamente a emissão de

papel. Em média, são cortadas 15 árvores para produzir uma tonelada de papel. No processo, também são empregadas energia elétrica e água, que em algumas regiões estão escassas.

Além da Casa das Correias, mais quatro empresas (Comepi, Mirai Panasonic, Atack e Farmabem) participam do Projeto Piloto da NFC-e no Estado. Cada um desses contribuintes implantou a ferramenta eletrônica em apenas uma caixa de suas filiais, os demais continuam emitindo o ECF. A Secretaria de Fazenda acredita que, em virtude das facilidades que o sistema apresenta, a partir do segundo semestre de 2013, quando encerra a fase piloto, as demais empresas farão a migração do atual sistema para a NFC-e na maior parte de suas unidades.

\*O autor é auditor fiscal da Sefaz e coordena o Programa de Educação Fiscal no Amazonas. E-mail: augustosefaz@hotmail.com

ICMS

# Indústria cobra luta no Congresso

Representantes do setor querem a manutenção da proposta original do governo federal que prevê excepcionalidade para o Amazonas

Por Olívia de Almeida

A indústria local espera que a bancada amazonense tome a frente nas discussões para manter os 12% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para operações interestaduais, como prevê o projeto de resolução que unificaria a alíquota. "Nossa expectativa é bastante positiva, apesar dos Estados do Sul e Sudeste estarem se articulando para promover mudanças, esperamos que os senadores e deputados do Amazonas protejam os interesses do Estado", destaca Wilson Périco, presidente da Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas).

O projeto, que o governo federal enviou à Câmara e ao Senado, prevê unificar o ICMS em 4%, em 12 anos, para todos os Estados e Distrito Federal, exceto para o Amazonas, por conta da Zona Franca, e para o Mato Grosso, em função do gás natural, ambos manteriam a alíquota de 12%. "Acredito que ajustando a redação do projeto, para que seja mantida somente para os processos industriais, como na resolução nº13, não haveria problema com os outros Estados", comentou o secretário da Sefaz-AM (Secretaria do Estado da Fazenda do



Foto: Agência Senado

Decisões que passam por Brasília podem afetar o nível de competitividade do Polo Industrial de Manaus

Estado do Amazonas), Afonso Lobo, que pretende em breve reunir-se com o governador para discutir sobre o assunto.

Para Wilson, o projeto reconhece a excepcionalidade da ZFM (Zona Franca de Manaus) e assegura o diferencial da indústria amazonense. "Caso não seja mantida a alíquota,

enfrentaremos um impacto muito grande na economia do Estado, já que exportamos um grande volume de produtos e dependemos de incentivo estadual", avalia o presidente da Cieam.

E é o que também aponta o senador, Eduardo Braga (PMDB/AM), que ontem (12),

defendeu o texto do projeto durante a audiência pública na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos). "Com essa preposta, garante-se a competitividade do PIM (Polo Industrial de Manaus) e garante-se o fim da guerra fiscal. Nós poderemos gerar mais renda, mais emprego e poderemos

assegurar o crescimento da nossa indústria no Amazonas", ressaltou o senador.

Na opinião do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, o ICMS é muito importante para a vantagem competitiva do Amazonas e que é preciso manter um regime diferenciado da alíquota na ZFM. "A proposta que a União está colocando para o Congresso é uma saída ordenada da guerra fiscal, a proposta reflete uma ampla discussão entre vários setores e procurou estabelecer o consenso possível. Essa saída vai melhorar a situação do país, pois vai propiciar um ganho de arrecadação por parte dos Estados, ao longo dos anos", reforçou Barbosa.

Já o economista José Ro-

berto Afonso, da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), em entrevista à Agência Brasil, lembrou que a guerra fiscal no Brasil é coisa antiga, citada inclusive na literatura econômica externa. Ele disse que o ICMS é fortemente baseado na indústria, e como essa atividade está em queda no país a arrecadação do tributo cai e os Estados perdem receita.

Trata-se, portanto, de uma discussão que requer debate mais amplo com participação da sociedade, segundo o presidente da comissão, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), que pretende votar a proposta na CAE no dia 26, deste mês ainda, daí a necessidade de correr com os debates entre os representantes dos Estados.

Por dentro

DESCOMPENSAÇÃO

Segundo o Ministério da Fazenda, a queda gradativa do ICMS é para evitar uma descompensação de receita para os Estados, embora o projeto contemple a criação de um Fundo de Compensação de Receita. A medida provisória 559 institui que as alíquotas seriam fixadas em 11% em 2014, com redução de um ponto porcentual por ano, até chegar em 4% em 2025. Para as operações realizadas nas Regiões Sul e Sudeste com destino às demais, seria adotada uma alíquota de 6% em 2014 para atingir 4% em 2016.

## Follow-Up



EMPRESARIAL

### Encontro com Notáveis: Março 2013

A 138ª edição do programa "Encontro com Notáveis" ocorrerá nesta quinta-feira, às 18:30 h, no Studio 5. Realizado mensalmente pelo CIEAM, por intermédio do CETRIN (Centro de Treinamento da Indústria), sob a coordenação da psicóloga Ana da Luz Monteiro, o programa, sem fins lucrativos, visa contribuir para o aprimoramento do capital humano – o mais valioso fator de produção na sociedade do conhecimento – do Polo Industrial de Manaus (PIM). Nos últimos 14 anos, "Encontro com Notáveis" já foi assistido por uma plateia acumulada superior a 72 mil pessoas, o que revela a amplitude de sua penetração na comunidade manauara.

A palestra deste mês será proferida pelo notável Marcos Rossi, que abordará o tema:

"SUPERANDO LIMITES". Rossi é um exemplo de potencial humano, garra e superação de obstáculos. Nasceu com Síndrome de Hanhart, deficiência congênita que impediu o desenvolvimento dos braços e das pernas. O que para muitas pessoas representaria "limites", ele transforma em motivação para conquistas. Bacharel em Direito, tendo estudado em escolas normais, possui experiência em multinacionais e empresas brasileiras. Atua na área de Gestão de Patrimônio de um grande banco no qual trabalhou também na área de Recursos Humanos. Pai de dois filhos, ele é baterista de escola de samba há cerca de 10 anos, vocalista de um grupo de pop rock, pratica mergulho... Enfim, leva uma vida muito mais intensa do que grande parte das pessoas.

Comunicador nato, a motivação que conduziu seu caminho transformou-se numa lição de vida que hoje é levada a milhares de pessoas através da palestra Superando Limites. Marcos Rossi traça um paralelo entre suas próprias vivências e as experiências que permeiam a vida de cada um de nós, passando por questões pessoais, sociais e corporativas. Leva a plateia a uma profunda reflexão sobre os valores da vida, bem como a postura que muitos adotam frente às complicações que surgem, com frequência, no dia a dia: problemas no trabalho, dificuldades em atingir metas com qualidade e eficácia, dificuldades de relacionamento e auto-aceitação, entre outras. Por meio de sua própria trajetória de vida e de como lidou com as dificuldades e as superou em cada etapa, Rossi provoca questionamentos, auto reflexão e mudança de comportamento que gera, principalmente, atitudes de superação. Seu trabalho foi aprovado pela Comissão Científica da ABTD - Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento - realizadora do maior Congresso de Treinamento e Desenvolvimento da América Latina, que o convidou para ser um dos palestrantes nos Con-

gressos de 2010 e 2011. Marcos Rossi costuma falar de sua trajetória de superação utilizando uma frase que sintetiza sua palestra: "Nenhuma vida é tão difícil que não possa se tornar mais fácil pelo modo como for conduzida".

O fortalecimento do Programa Encontro com Notáveis, ao longo dos 14 anos de execução se deve as seguintes

**Se sua empresa  
desejar apoiar o pro-  
grama Encontro com  
Notáveis, uma das  
formas de fazê-lo é  
por meio da aquisição  
de ingressos**

organizações que são apoiadoras-parceiras deste evento: BIC, Technos, 3M, Tutiplast, Microservice, Honda, Yamaha, Masa-Flextronics, Whirlpool, Coca-Cola Recofarma, Elgin, Sulamérica Odontológico, Scórpis, Seculus, Nassau, Videolar, Copag, Bemol, Fieam, Senai, Fucapi, Sebrae, Dumont, Johnson, Samel, Voith, Siemens, Aliança Navegação, Technicolor, Aurora-Eadi, Panasonic,

Minds, Adukargo, Electrolux, Pace, Focus/DM, Cookson Electronics, Imprim, Positron, Qualitech, Unicoba, Cargo Engenharia, Amazon Transportes, Impressora Amazonense, Jornal do Comercio, Magistral, Real Bebidas, Comfort Hotel, Restaurante Fiorentina e Plastipak.

Se sua empresa desejar apoiar o programa Encontro com Notáveis, uma das formas de fazê-lo é por meio da aquisição de ingressos para que seus colaboradores participem das palestras. O valor do investimento é de R\$ 70,00 por ingresso e as inscrições podem ser feitas pelo telefone 3627-3800, ou pelo e-mail: cetrin@cieam.com.br.

#### Pacto pela Educação

Foi lançado em Manaus, no dia 25 de fevereiro o Pacto pela Educação para o Desenvolvimento da Liderança Sustentável no Amazonas. Capiteado pela FIEAM, CIEAM, SUFRAMA e ABRH-AM, tem a participação das entidades de pesquisa e ensino do Estado do Amazonas.

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é de responsabilidade do Centro da Indústria do Estado do Amazonas. [cieam@cieam.com.br](mailto:cieam@cieam.com.br)

O termo de compromisso do Pacto tem como objetivo a análise das questões ligadas à qualificação profissional necessária para atender às demandas da geração dos novos postos de trabalho.

Um dos aspectos relevantes dessa iniciativa é a busca de convergência de ações governamentais, empresariais, acadêmicas, científicas e tecnológicas. Dentre os objetivos explicitados no documento assinado pelas entidades destacam-se: a busca pela aproximação entre a Academia e o ambiente empresarial, abrir espaço para projetos de pesquisa em parcerias público-privadas e contribuir com as ações de desenvolvimento do capital humano do Estado do Amazonas.

A Coluna Follow-Up acompanhará o desenvolvimento das ações do Pacto pela Educação para o Desenvolvimento da Liderança Sustentável no Amazonas por tratar-se de iniciativa extremamente relevante para o crescimento das empresas do Polo Industrial de Manaus.

### ARTIGO



## Fim da guerra dos Portos

POR FABIANA LOPES PINTO\*

Em 1º de janeiro entrou em vigor a nova alíquota interestadual do ICMS de 4%, conforme previsto na Resolução do Senado Federal nº 13, de 2012. Como medida de proteção aos produtos nacionais, o Senado Federal alterou para 4% a alíquota do ICMS para as saídas interestaduais de produtos importados ou produtos

nacionais com conteúdo de importação superior a 40%.

O que se procura combater é a guerra fiscal dos Portos onde produtos estrangeiros recebem benefícios do ICMS nas saídas para outros Estados. Essa sistemática torna o produto importado ainda mais competitivo frente ao nacional. Consequentemente, inviabi-

liza a indústria nacional, acarretando na perda de milhões de empregos, que são transferidos para o exterior.

Apesar de a medida ser bastante benéfica para a economia

**Não podemos admitir que segredos comerciais sejam violados**

nacional, alguns pontos devem ser questionados e alterados. Um deles diz respeito à necessidade de constar na nota fiscal de venda o valor pago na importação. Ou seja, quando uma empresa importa uma determi-

nada mercadoria e a vende no mercado interno, deverá informar na nota fiscal o valor pago na importação.

Caso a empresa utilize o produto importado em seu processo industrial, deverá mencionar o valor da parcela importada por unidade. Ora, quer nos parecer que tais informações violam uma série de princípios constitucionais, entre eles o direito à livre iniciativa e à livre concorrência! Tais dados na nota fiscal revelarão uma série de informações sigilosas, entre elas a possível margem de lucro da empresa.

Se o produto é importado e é revendido no Brasil, qual a necessidade de mencionar na nota fiscal quanto foi pago na importação? Ora, se ele é importado, estará sujeito à alíquota de 4% na operação interestadual! Informar o valor pago na im-

portação não ajudará em nada o Fisco e trará grandes problemas à empresa brasileira.

Da mesma forma, se o industrializador utilizou insumos importados, tais informações constarão na Ficha de Conteúdo de Importação, nova obrigação acessória que será exigida do contribuinte a partir de 1º de maio. Se em tal ficha já constam tais informações, qual é a necessidade de fazer constar na nota fiscal de venda os valores pagos nas importações?

A nova alíquota interestadual é saudável para a eco-

nomia nacional, disso não há dúvida. Contudo, não podemos admitir que segredos comerciais sejam violados a pretexto de garantir a aplicação de tal alíquota. Frise-se que a informação sobre o valor pago na importação é totalmente desnecessária e descabida.

Caso essa exigência não venha a ser revista e revogada pela autoridade competente, caberá à empresa resguardar o seu direito perante o Poder Judiciário, uma vez que o não atendimento da esdrúxula exigência poderá trazer sérias consequências à mesma.

\*é Doutora e Mestre em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Especialista em Direito Tributário pela PUCOGAE e em Planejamento Tributário e Societário pela Fundação Getúlio Vargas.

### ZFM: caldo pode entornar

Reunião na CAE do Senado mostrou ontem que não será fácil manter a alíquota de 12% referente ao ICMS interestadual

#### ANTONIO PAULO

BRASÍLIA (SUCCURSAL) O Palácio do Planalto e a bancada do Amazonas no Senado vão ter muito trabalho para aprovar o Projeto de Resolução nº 01/2013 que propõe a unificação da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS) em 4% a partir de 2016, mas resguarda a cobrança de 12% para operações interestaduais de produtos oriundos da Zona Franca de Manaus (ZFM).

As dificuldades em manter essa exceção ao modelo foram expostas ontem na audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com todos os secretários estaduais de Fazenda. Uma grita geral, especialmente do Sul e Sudeste, demonstra desacordo da proposta do Governo Federal, que manteve a mesma alíquota de 12% nas operações interestaduais na venda de produtos do Amazonas para outros Estados.

A dor de cabeça será tamanha, no embate das negociações no Senado, que nenhum senador do Amazonas, as autoridades fazendárias do Estado e da União falam abertamente do benefício. Aliás, evitam comentários públicos sobre a unificação do ICMS. Na próxima quarta-feira será a vez dos governadores se reunirem na AE para debater a unificação do imposto.

Depois ouvir o bombardeio dos secretários de todos os Estados presentes na audiência da CAE, o titular da Sefaz-AM, Afonso Lobo, explicou que a reação contrária não ocorre exclusivamente na di-

#### Saiba mais

##### >>> Mantega

O projeto de resolução do Senado que unifica ICMS deverá ser votado no dia 26 de março. A data foi anunciada ontem pelo presidente da CAE, senador Lindbergh Farias (PT-RJ). Na próxima quinta-feira, 21, às 10h, será a vez do ministro da Fazenda, Guido Mantega, participar de audiência pública na CAE.

ferenciação da alíquota, mas na redação do texto do projeto de resolução em seu parágrafo 4º, que determina que toda e qualquer produção saída de Manaus será alcançada pela alíquota de 12%.

O temor, manifestado pelo secretário de Goiás, é que nessa cobrança geral possa ocorrer simulações na hora da venda dos produtos fabricados na ZFM por empresas de outros Estados. Mas, Lobo revela uma saída para a resistência. "Os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm uma proposta que está sendo alinhada junto aos parlamentares. Que os 12% sejam lançados somente aos produtos fabricados na Zona Franca sujeitos ao Processo Produtivo Básico (PPB) e não a toda e qualquer mercadoria como as importadas, por exemplo", disse.

Questionado se a proposta é viável, Lobo afirmou que tecnicamente sim, pois dá uma segurança aos demais Estados. No entanto, pondera que essa não é uma decisão do secretário, mas



Vanessa Grazziotin e Eduardo Braga participaram da audiência na CAE do Senado, e defenderam o modelo ZFM

do Governo do Estado. "Ainda não conversamos com o governador Omar Aziz, mas vamos levar essa preocupação a ele".

Afonso Lobo disse ainda que é preciso união e articulação política da bancada do Amazonas no Congresso Nacional para que a proposta do Governo seja mantida no projeto de resolução 01/2013 do Senado. "A reforma é muito salutar para o país, irá por fim à guerra fiscal, dará maior estabilidade aos negócios, por fim à insegurança jurídica. A iniciativa do Executivo de tratar de forma diferente a ZFM, no nosso entendimento, foi bastante acertada", afirmou Lobo.

### Secretário critica ZFM e benefícios

A reação mais dura contra a proposta de o Amazonas permanecer com 12% de ICMS interestadual, enquanto os demais Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com 7% e os do Sul e Sudeste, com apenas 4% da alíquota foi do secretário de Fazenda de Minas Gerais, Leonardo Colombini. Ele atacou do começo ao fim da intervenção feita ontem na CAE a Zona Franca de Manaus e os benefícios fiscais que o modelo tem recebido ao longo dos anos.

No debate, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou que embora tenha o Polo Industrial de Manaus, o Amazonas tem apenas 1% do PIB nacional e que a manutenção da Zona Franca não se dá apenas por questões econômicas, mas também ambientais. "Somos nós que mantemos aquela floresta em pé e se não tivermos essas vantagens comparativas, a maior floresta tropical do mundo virá abaixo. Portanto, é justo que tenhamos compensações por isso", declarou Vanessa.

### Braga enxerga oportunidade

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB/AM), disse que a proposta de unificação do ICMS é uma oportunidade para se acabar com a guerra fiscal no país e reforçar o pacto federativo. "Podemos gerar mais renda, mais emprego e poderemos assegurar o crescimento da nossa indústria no Amazonas", ressaltou o senador. Braga lamentou a postura do secretário de fa-

zenda de Minas dizendo que nem o senador Aécio Neves (PSDB-MG) teve atitude semelhante. "É preciso lembrar que muitos candidatos, na campanha à Presidência da República, vão ao Amazonas pedir votos. E como vão conquistar o eleitor amazonense com esse tipo de discurso ofensivo? Essa questão também passa pelo viés político, alertou o senador amazonense

## TELECOMUNICAÇÕES

# Menos tributos para o setor

Smartphones ficarão até 25% mais baratos este mês e empresas de banda larga ganharão incentivos para investir em rede

Desoneração da ordem de R\$ 6 bilhões

O Governo Federal está promovendo uma série de benefícios fiscais ao setor de telecomunicações, tanto para empresas que investirem em infraestrutura de rede para Internet - medida anunciada ontem -, quanto para redução no preço de aparelhos *smartphones* ao consumidor final. O objetivo é ampliar o acesso à Internet no País.

A desoneração dos celulares sairá este mês e deve baratear o preço dos aparelhos em até 25%. A inclusão dos *smartphones* na Lei do Bem (Lei nº 11.196) dará isenções fiscais aos produtos e poderá baixar o custo dos telefones celulares que possibilitam o acesso à Internet em até 25%. A medida foi sancionada em 18 de setembro, mas agora depende de decreto presidencial para ser re-

PNBL

**O Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga vai isentar a construção, ampliação e modernização de redes de telecomunicações que suportem banda larga. O objetivo é massificar o uso da Internet no País.**

gulamentada.

Segundo o ministro das Comunicações Paulo Bernardo, a pressa é "para termos *smartphones* na Páscoa". Bernardo explicou que o atraso na desoneração ocorreu em função do Tribunal de Contas da União (TCU), que questionou o projeto em dezem-



Redução no preço dos smartphones depende agora de decreto presidencial

bro passado. Neste ano, a demora ocorreu por conta da votação do Orçamento.

Fabricam *smartphones* no Polo Industrial de Manaus (PIM) a

Nokia e a Samsung. Atualmente a fábrica da Nokia produz mais de dez modelos de aparelhos, incluindo os recém-lançados *smartphones* com Windows Pho-

ne 8 (Lumia 820, Lumia 620) e toda a família como Asha 311, Asha 308 e Asha 305.

De acordo com a Nokia, a desoneração de impostos será no preço final, portanto na comercialização. A queda será de 9,25% para aparelhos que já são fabricados no Brasil. Haverá um limite superior de preço e o limite inferior será dado por características técnicas que permitirão uma boa experiência do usuário durante o uso. Já para *smartphones* que antes eram importados e passariam a ser fabricados no Brasil a vantagem fiscal será ainda maior.

A Samsung produz aqui aparelhos da linha Galaxy, embora a maioria dos modelos da marca seja fabricada na planta de Campinas (SP).

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, assinou ontem a portaria que regulamentou o regime Especial de Tributação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) de Redes de Telecomunicações. Segundo ele, o governo faz três desonerações: PIS/Cofins e IPI - para a construção e ampliação das redes do setor. A renúncia fiscal deverá chegar a R\$ 6 bilhões até 2016, e a expectativa do governo é de que as empresas invistam R\$ 18 bilhões.

De acordo com o Ministério de Comunicações, o objetivo da medida é beneficiar o consumidor final, já que a ampliação e a modernização das redes vão proporcionar um serviço de melhor qualidade.

## P&G leiloa máquinas

### Leilão servirá para renovar equipamentos da fábrica situada em Manaus

Hoje, em Manaus, a Procter & Gamble (P&G), conglomerado de empresas produtoras de alimentos, produtos de higiene e limpeza, entre outros irá leiloar moinhos granuladores, esteiras transportadoras, unidades de refrigeração, equipamentos de informática dentro do processo de renovação do parque industrial venda de ativos em desuso.

São 31 lotes localizados na capital amazonense, entre eles: nove

moinhos granuladores Colortronic, cinco controladores de temperatura Sentra, três unidades de refrigeração Neslab, impressoras, no-breaks e televisores.

O encerramento do leilão encerra hoje mesmo, às 11h. A utilização da Internet no processo proporciona que interessados possam participar de imediato, oferecendo os lances através do site da Superbid ([www.superbid.net](http://www.superbid.net)).

As fotos e descrições comple-

tas dos ativos estão disponíveis no site. Para ofertar lances, é necessário se cadastrar e solicitar habilitação - todo o processo pode ser *on line*. O pregão presencial acontece na alameda Lorena, 800, São Paulo. Os interessados em visitar os ativos antes do leilão devem entrar em contato com a Central de Atendimento da Superbid, através do Telefone: (11) 2163-7800 ou via e-mail: [cac@superbid.net](mailto:cac@superbid.net)

### Sem previsão para obras

Seinfra e Suframa assinaram convênio de R\$ 104 milhões há dois meses, mas problemas na licitação impedem início dos trabalhos

**CAROLINA SILVA**  
carolinasilva@acritica.com.br

Após dois meses da assinatura de um convênio, entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e a Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra), para a revitalização de 58 quilômetros de vias do Distrito Industrial 1, na Zona Sul, ainda não há previsão para o início das obras. Enquanto isso, muitos motoristas continuam enfrentando transtornos e prejuízos com as vias esburacadas.

Em alguns trechos da avenida Abiurana, por exemplo, os motoristas precisam trafegar pela contramão para desviarem dos buracos que estão ao longo da via. De acordo com o motorista de carreta Emanuel Oliveira, 36, em dias de chuva a situação fica pior. "É perigoso para quem dirige veículos pesados porque qualquer incidente pode causar enormes prejuízos", disse.

Mas até mesmo veículos pequenos enfrentam dificuldades para trafegarem nos trechos esburacados.

Na rua Ipê, por onde também trafegam veículos pesados, um enorme buraco na rotatória da via tem atrapalhado, principalmente, a circulação de carretas e caminhões. "Desde que se formou esse buraco não houve obras de reparos para evitar que o problema ficasse maior", disse o caminhoneiro Sebastião



A situação de abandono da rua Abiurana é a mesma encontrada na maioria das demais vias do Distrito Industrial 1, onde buracos atrapalham o trânsito de veículos

Alves, 42. Os motoristas também reclamam dos outros buracos que estão espalhados ao longo da via.

#### CONVÊNIO

O convênio de R\$ 104,5 milhões entre a Suframa e a Seinfra foi assinado em dezembro do ano passado. Do valor total do con-

vênio, R\$ 86,5 milhões devem ser usados na revitalização de 33 ruas do Distrito 1. Na ocasião, a secretária da Seinfra, Waldívia Alencar, disse que as máquinas começariam os trabalhos de revitalização a partir deste mês.

Ao todo, serão recuperados 58 quilômetros de vias no Dis-

trito 1, com aplicação de asfalto usinado a quente e recuperação de todo o sistema de pavimento rígido e drenagem, além da instalação de novos abrigos de pontos de ônibus e sinalização.

De acordo com a Seinfra, as obras permanecem sem data definida para início, pois o processo licitatório ainda depende

de uma análise final dos projetos. A análise está em andamento na Suframa.

Somente após a conclusão dessa apreciação é que a Seinfra enviará a documentação para a Comissão Geral de Licitação (CGL). A previsão da secretaria é de que a documentação seja entregue ainda neste semestre.

#### Em números

#

**R\$ 104,5 mi**

É o valor do convênio entre Suframa e Seinfra para a revitalização das vias do Distrito Industrial 1 e Distrito 2. O convênio prevê repasse de R\$ 94 milhões por parte da Suframa e R\$ 10,5 milhões como contrapartida do Estado para recuperar 36 ruas.

#### Busca rápida

\*

**Moradores colocam a 'mão na massa'**

O problema da falta de manutenção nas ruas do Distrito Industrial 1, na Zona Sul, vêm de longa data e já levaram os moradores do bairro a protestar, diversas vezes, contra a omissão do poder público e da Suframa em recuperar tais vias. Os moradores de um condomínio situado no bairro já chegaram a "colocar a mão na massa" e, com recursos próprios e mão-de-obra dos próprios condôminos, realizar ações "tapa-buracos" nas ruas.

## Confaz busca unanimidade para reforma do ICMS interestadual

O coordenador do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Cláudio Trinchão, disse nesta terça-feira que o colegiado vai tentar solucionar todas as demandas da Resolução 13, que unifica em 4% a alíquota do ICMS incidente sobre bens e mercadorias importadas, mas que não há consenso atualmente. O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB/AM), disse que a proposta de unificação é uma oportunidade para se acabar com a guerra fiscal no País. Ele defendeu a unificação da alíquota em 4%, mas resguardando a cobrança de 12% produtos da Zona Franca de Manaus.

CAPA

# Suframa está atarantada

**Pibinho, falta  
de verbas,  
canalha  
paulista...**

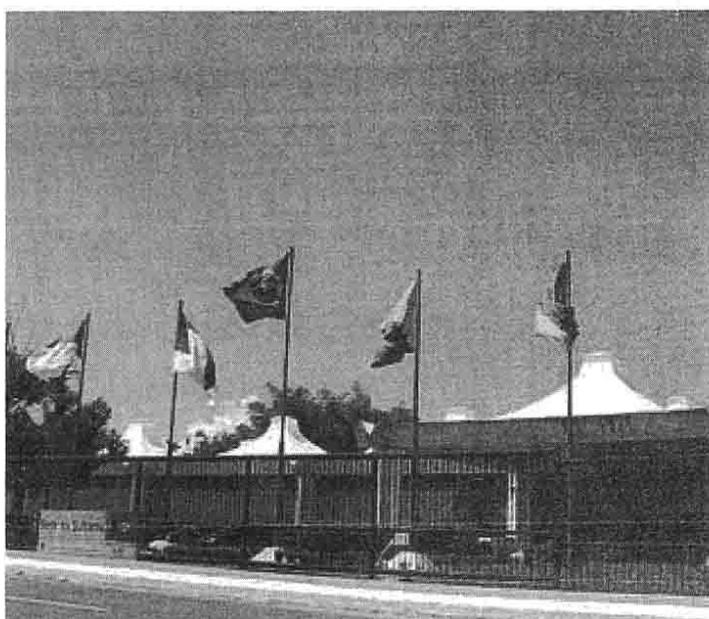


# Suframa, atarantada entre o pibinho de Dilma e o Fernandinho Pimentel



↳ *Ninguém mais cobra infraestrutura, CNPJ ou verbas da autarquia*

Quem cobrou a recuperação da BR 319 neste final de fevereiro, o mês das festas e desconversas? E quem teve bagos pra pedir esclarecimento sincero dessa bravata chamada Siderama, que promete um porto Mandrake, sem claue nem viabilidade de implantação. Ainda dá tempo de refletir as folias compulsivas e despropositadas da Suframa na semana em que completou 46 anos. Com mais de um ano da gestão Thomaz Nogueira, um caboco vibrador e bem intencionado, que costuma levar a bom termo a missão que lhe é conferida, a Suframa fez uma festa como quem precisa contar vantagem e passar a ideia de uma poderosa euforia, que faz lembrar o baile da Ilha Fiscal, no crepúsculo da Monarquia, a despeito da madrugada em que iria eclodir a tomada de poder, trivial, imperceptível e fatal, que a história convencionou de chamar República, sem saber direito o que isso queria ou quer dizer até os dias que correm. Seus dados, os da indústria contemplada com generosos incentivos fis-



cais, crescem por uma osmose de artimanha fiscal e numeral, e camufla o fato de que o de-

sempenho da autarquia, com as devidas correções, reparos e atualizações monetárias, é o

mesmo de há 10 anos, quando o desempenho era descrito em moeda americana.

## Camuflando resultados

Pra não perder o vício, a Suframa anda fazendo festa com resultados apressados de um otimismo estéril, achando que os economistas locais têm nariz atravessado. Pra assegurar números impressionantes, passou descrever em real - sem ajustes nem correções - um desempenho que adotava o dólar como moeda de comparação. A mudança se deu pela simples razão da camuflação de resultados, posto

que essa moeda era paradigma de balizamento histórico das transações com o mercado de insumos, o forte da produção do polo industrial local. Mudar a moeda para destacar números absolutos, sem ajustar valores e atualizar depreciação inflacionária, em muitos dados, significa recusar as evidências de um esvaziamento em processo, que adota o paradigma avestruz de descrição do real.

## Antes que seja tarde demais

Como é possível soltar a franga num baile, que só agrada e recheia o discurso dos políticos, bajulados por técnicos, economistas e gestores públicos, estranhamente concordes com a celebração perenal, sem crítica à escassez da infraestrutura de transportes, energia e comunicação? Como engolir a indignação com a promessa continuamente descumprida

do modelo de gestão do Centro de Biotecnologia da Amazônia, da protelação do marco regulatório e do processo produtivo básico dos demais polos de diversificação e interiorização da economia? Está passando a hora de parar para acertar, exigir a contrapartida dos bilhões que são recolhidos e engolidos pelos cofres federais antes que seja tarde demais.

## Suframa, atarantada entre o pibinho de Dilma e o Fernandinho Pimentel (continuação)

# O pibinho da folia



Em 2013, na festa de aniversário da Suframa, quando o encolhimento da economia mundial, e a falseta do PIBinho nacional, deveria colocar todo mundo de prontidão, o que não faltou foi rojão, pra celebrar um suspeito PIBão industrial. De acordo com o ponto de vista, ou impressão de muitos dos presentes, o bolo da confraternização foi maior do que os números da prudência e da me-

ditação. O regozijo das estatísticas, o contentamento com as previsões otimistas, como diz um ensaísta local, fazia lembrar a vaidade de um sujeito sem dentes que sai do restaurante com um palito na boca. Menos, menos, diria Fernandinho Pimentel, o ministro gnomo que não dá as caras por aqui com medo de ser vaiado e hostilizado por toda a macacada que nele pretende limpar a mão.

# Curupira da base ecológica

Boa vontade e intenção de segurar a peteca levantada, pra não espantar a freguesia, uma estratégia de plena agonia, a Suframa, na verdade, não consegue fazer o dever de casa. E qual, a rigor, esse conjunto alternativo de medidas que é preciso parir para um novo recomeço e perspectiva de transformação?

No final do governo Lula, há dois anos, o novo ministro do Desenvolvimento, do PT, já informado por seu antecessor, Miguel Jorge, um paulista e lídimo representante da canalha bandeirante, de que estava na hora de acabar com a freguesia fiscal, a atrapalhar os negócios do Sudeste e seus poderosos ca-

bras da peste, mandou a ZFM – tão logo atou a própria rede na sombra de Dona Dilma - passear na floresta à procura do curupira e sua "base ecológica". Ele não sabia de que estava falando, mas levou à risca a dramatização do script desprovido de roteiro, mas recheado de más intenções.

# Com ajuda do Bocão

A proposta de mandar a ZFM passear na floresta tinha um único e exclusivo propósito de partilhar as vantagens fiscais do modelo com o estado de Minas Gerais, onde ministro Fernandinho pontifica, reza, celebra missa e distribui a extrema unção para quem não reza na cartilha de sua agremiação. Ele responde pela autarquia mas faz questão de dizer que com ela não tem qualquer intenção de se envolver. E naquele momen-

to, falou mais alto o intento de fazer vigorar o projeto político de ocupar a hegemonia eleitoral paulista, a começar pela capital, o que acabou acontecendo, na perspectiva de tomar de assalto a cadeira de Geraldo Álcool em Mim. E para isso, contou com a ajuda de Bocão, João Pedro e Vanessa Graziottin, que disseram sim, quando tablets, modems, monitores estavam na mira da partilha fiscal com perspectiva político-eleitoral.



## Premonição de Omar com a mineração e a diversidade

*(1) A bolsa-floresta de R\$ 50 foi alvo de ataque pessoal do governador no final de fevereiro quando lançou projeto de assistência tecnológica para o interior*

O ex-governador Eduardo Braga ficou quase oito anos ensebando o projeto silvinita do Baixo Amazonas. Sua Zona Franca Verde não tinha espaço para a atividade mineral. Era mais negócio distribuir aqui e ali R\$ 50 para fazer a cabeça do Ribeirinho. Seu sucessor, Omar Aziz, assim que assumiu, criou a secretaria de Mineração e Diversidade, e está plantando uma era de negócios e oportunidades para a economia do interior. Além da mineração, Omar apostou na reativação da economia da borracha, inaugurando um novo complexo fabril no Distrito Industrial em parceria com a iniciativa privada, assegurando preço mínimo para os seringueiros do interior. E de quebra, depois de 60 anos, reimplantou a economia das fibras vegetais, juta e malva, itens responsáveis por grande parte da receita estadual antes da ZFM.



## Missão possível

A Vale afirma que o projeto foi estimado em US\$ 5,9 bilhões e teria capacidade para produzir 4,3 milhões de toneladas de potássio por ano no local, volume equivalente

à atual demanda anual brasileira. Isso significa que a demanda continua e a reserva do Baixo Amazonas, por ser a maior do mundo, passa a ser responsável por essa missão.

## Uma transa amazônica



As bolsas-floresta de R\$ 50 foram alvo de ataque pessoal do governador no final de fevereiro quando lançou projeto de assistência tecnológica

para o interior. Ele se reportou diretamente ao pilantra que dirige a Fundação Amazonas Sustentável, uma invenção do Bocêo pra iludir a cabucada.

## Saída à francesa de los hermanos



A Vale confirmou nesta segunda-feira (11) a suspensão do projeto Rio Colorado, na Argentina, de exploração de potássio. Em nota, a companhia brasileira informou ter comunicado o governo argentino da suspensão. O que significa isso para o Amazonas? Quais as implicações disso para o projeto potássio do Baixo Amazonas? A empresa alega que, no contexto macroeconômico atual, "os fundamentos econômicos do projeto não estão alinhados com o compromisso da Vale". No caso de retomada do empreendimento, no entanto, ressaltou que "será dada a preferência aos atuais empregados do projeto".

## Premonição de Omar com a mineração e a diversidade (continuação)

# Socialismo maroto

Na verdade, ao deixar a Argentina, a Vale está fugindo, sorrateiramente, de um processo semelhante que o governo Evo Morales levou a cabo na Bolívia, estatizando unidades da Petrobras e outras empresas do Brasil, em nome do socialismo maroto, com a cumplicidade silenciosa de Luiz Inácio. Em 2012, a Vale mandou um de seus dirigentes a Manaus, num convite feito pelo governador Omar Aziz. Ele veio conhecer a dinâmica e o cardápio de geo-oportunidades e, à ocasião, já adiantara em petit comité que a empresa iria sair da Argentina e só então poderia fazer avançar os estudos de eventuais parcerias.

